

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Publicação em Jornal Impresso, para atender as necessidades da Companhia de Águas e Esgoto de Roraima – CAER.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa Especializada em Serviços de Publicação em Jornal Impresso de grande circulação é de fundamental importância para dar publicidade aos atos administrativos de interesse público interno e externo, parceiros e de órgãos públicos e privados, sendo os serviços eventuais, com abrangência nesta capital e nos 14 municípios de Roraima, visto que a CAER é a única empresa de saneamento do Estado de Roraima.

2.2. A fim de atender às demandas de publicidade da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, sob a supervisão da ASCOM/CAER, que deverá obedecer, no que couber, a lei nº 13.303/2016, que trata do Regulamento Interno de Licitações e Contrato (RILC) da CAER em vigor.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FORMATO	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação e divulgação online de: notas, avisos, editais de licitação, comunicados, em jornal de grande circulação.	1,22 x 1.181 pxl ou 9,5 cm de largura por 10 cm de altura.	12.000,00

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, sem a necessidade de prorrogação de vigência contratual por não se tratar de serviço de natureza continuada.

4.2. Não há necessidade de promover a transição contratual.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

4.3. É imperioso ressaltar a necessidade e importância de se dar publicidade aos atos administrativos e de interesse público interno e externo, parceiros e órgãos públicos e privados, visto que a Caer é a única empresa de saneamento do Estado de Roraima. Portanto, a contratação de Empresa Especializada em Serviços de Publicação em Jornal Impresso, com abrangência nesta capital e nos 14 municípios, é fundamental para atendimento de tal demanda.

5. MODELO E REGIME DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O regime da contratação será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, por se tratar de serviços onde as quantidades dos materiais e dos serviços foram definidas com boa margem de precisão, conforme Inciso II, do Art. 60 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC desta Companhia.

6. METODOLOGIA

6.1.1. A contratada deverá executar os serviços solicitados conforme orientações que seguem:

a) A execução do serviço deverá seguir rigorosamente o conteúdo da correspondência da ASCOM/CAER no seguinte padrão: **fonte Times New Roman, justificado e tamanho 9.**

6.1.2. A correspondência deve conter:

- a) Data da publicação;
- b) A indicação do documento a ser publicado;
- c) O documento impresso no mesmo tamanho da publicação;
- d) Documento digital, que deverá ser encaminhado via e-mail: ascom@caer.com.br ou, em casos de oscilação da internet, via dispositivo portátil de armazenamento de arquivos e

6.2. Um exemplar do Diário com a publicação deverá ser fornecido ao CONTRATANTE.

7. LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A contratada deverá realizar os serviços de publicação no prazo solicitado e encaminhado pela Contratante. Sendo responsabilidade da contratada, a entrega de exemplar da publicação, na sede desta Companhia, situada na Rua Melvin Jones, 219 - Bairro São Pedro - CEP: 69.306.610 - Boa Vista - RR, sala B2, Bloco B.

7.2. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.2.1. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

7.2.1.1. O recebimento provisório dos serviços se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, mediante publicação, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos;

7.3. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:

7.3.1. O recebimento definitivo dos serviços, será finalizado em até 24 horas contados do recebimento provisório, após a aferição de qualidade, especificação e quantidades e consequente aceitação;

7.3.1.1. Não serão aceitos serviços entregues em desacordo com o estabelecido, onde eles serão imediatamente recusados, obrigando-se a contratada a refazê-lo, caráter de urgência, a contar da notificação da contratante à contratada, sem quaisquer ônus a contratante.

7.3.1.2. Caso os produtos sejam entregues em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a substituí-los no prazo de 3 (três), a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante.

7.3.1.3. Caso o prazo definido no subitem anterior não seja observado, os produtos não deverão ser considerados como entregue sendo aplicadas às penalidades previstas neste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação;

8.2. PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO:

8.2.1. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

8.3. PROTOCOLO DE FISCALIZAÇÃO:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.3.1. A unidade requisitante da contratação, juntamente com os nomeados através de portaria para gestão e fiscalização do contrato, realizarão relatórios durante toda a execução do contrato, incluindo fotográficos - caso solicitado, para atestar a execução dos serviços realizados pela contratada dentro das condições contratuais estabelecidas.

9. PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS:

9.1. A contratada tem o dever de manter todas as condições contratuais estabelecidas na assinatura do contrato, durante todo o período de execução contratual;

9.2. Para verificação, ao encaminhar as notas fiscais ou faturas, a contratada deverá entregar, para onferência do fiscal do processo, os mesmos documentos entregues no momento da qualificação e habilitação;

9.3. Após análise, o fiscal do contrato atestará se há o cumprimento integral de todas as exigências contratuais;

9.4. Caso seja constatada alguma irregularidade, o fiscal do contrato deverá notificar a contratada para que providencie a imediata regularização ou substituição do documento, nos termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, ambos desta Companhia.

10. DAS SANÇÕES

10.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

- I. - advertência;
- II. multa moratória;
- III. multa compensatória;
- IV. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

Parágrafo único - As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

10.2. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

10.3. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

10.4. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

Parágrafo único - A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

10.5. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

§ 1º. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias

úteis.

§ 2º. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

§ 3º. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

§ 4º. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

§ 5º. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

10.6. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

10.7. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

§ 3º. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

§ 4º. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser

aplicada.

10.8. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

11. DA JUSTIFICATIVA DA GLOSA

11.1. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o contratado:

I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

II - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

III – deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à CAER ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à CAER.

12. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. As formas extintivas do contrato - com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC/CAER.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, conforme agência e conta corrente indicada pela contratada, que deverá conter o detalhamento do objeto executado;

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do serviço;

13.3. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

13.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser acompanhada obrigatoriamente da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

14. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Como forma de seleção do fornecedor, sugerimos a adoção do **RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO SOB O SISTEMA**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos do art. 89, §1º do RILC/CAER, por se tratar de serviços comuns e eventuais a serem solicitados de acordo com a necessidade desta Companhia.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

15.1.1. A proposta será julgada com base no menor valor global, tendo em vista o tipo de serviço a ser contratado e a necessidade de fornecimento por um só fornecedor, visando agilidade, funcionalidade e coordenação dos eventos a serem realizados pela Companhia.

16. ESTIMATIVAS DETALHADA DOS PREÇOS

16.1. O valor estimado para esta aquisição será sigiloso, conforme art. 59 c/c art. 89, §2º, ambos do RILC/CAER.

17. DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas correrão por conta dos recursos próprios da CAER, pela unidade orçamentária, programa orçamentário, elemento de despesa e fonte: 41020.17122010.001.012/399/001 devidamente atestados.

18. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

18.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenadoria de Termos de Referência e Projetos Básicos – CTRPB com base no MEMORANDO Nº 012/2024 - ASCOM e Estudo Técnico Preliminar - ASCOM, ambos elaborados pela Assessoria de Comunicação e Marketing - ASCOM, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando de acordo as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e no caso de concordância, ser aprovado pelo Presidente - PRE, para ser integrado ao processo administrativo. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem serão resolvidos pela Assessoria de Comunicação e Marketing - ASCOM.

Boa Vista - RR, 17 de setembro de 2024.

ELABORADO POR:

ANANDA LETÍCYA PINHO LIMA LOPES
Coordenadora de Termos de Referência e Projetos Básicos - CTRPB



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

CONCORDO:

SEBASTIANA BRAZÃO DE LIMA
Assessora de Comunicação e Marketing - ASCOM

APROVO NOS TERMOS DO RILC/CAER:

JAMES DA SILVA SERRADOR
Presidente